

Corte em sobretaxas já facilita a negociação

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colín, disse ontem que o País vem pagando tantas comissões e taxas aos bancos estrangeiros que só nesta área — sem falar na taxa de juros em si — já será possível obter na próxima renegociação uma “redução substancial” nos custos do serviço da dívida externa, aproveitando a nova disposição dos banqueiros em atenuar as condições de pagamento. Ele prevê a estabilização das taxas internacionais de juros pelo menos até o fim deste ano, dependendo da política monetária americana e do agravamento das tensões no Oriente Médio.

Colín acaba de retornar da Europa, onde participou da reunião de diretoria do Eulabank (Euro-Latinamerican Bank) juntamente com 25 dirigentes de outros bancos, e disse que a principal preocupação dos banqueiros no momento é com a viabilização da retomada do crescimento econômico nos países devedores. “Todos admitem que a próxima renegociação deve incluir prazos mais longos, capitalização dos pagamentos de juros e até mesmo negociação em diferentes moedas além do dólar” — explicou, reconhecendo que os banqueiros americanos dificilmente aceitariam deixar de receber os juros integrais durante algum tempo.

De sua parte, o presidente do BB defende taxas de juros mais baixas, diminuição das comissões e outros encargos financeiros e ainda um período de carência em que não seriam efetuadas transferências de recursos ao exterior, com a capitalização de uma parcela dos juros devidos. “Esta é a fórmula mais falada atualmente, mesmo porque a capitalização de todos os pagamentos de juros dificilmente seria aceita pelos bancos americanos, que deixariam de realizar receitas durante algum tempo e teriam problemas com a legislação local” reconheceu.

Lembrando que o Brasil vem pagando, além da taxa de juros, uma série de encargos que incluem **spreads** (taxas de risco), **flat fee** (taxa básica), **arrangement fees** (taxas de abertura), **commitment fees** (taxas de comprometimento) e outras, Oswaldo Colín esclareceu que “existe aí muita margem para redução dos custos financeiros da dívida externa”. A definição do que será reduzido efetivamente vai depender dos bancos credores, dentro de um processo de renegociação que só será acertado realmente na hora em que as autoridades brasileiras sentarem à mesa para discutir o assunto, no próximo semestre.

Até lá ele acha importantes as manifestações políticas dos governos de países

devedores — como a nota enviada aos sete países ricos reunidos na Europa, ou mesmo a próxima reunião entre os chanceleres e ministros da Fazenda do Brasil, México, Argentina, Colômbia, Bolívia, Equador e Peru, nos dias 21 e 22, em Cartágena. “Acho muito importante sensibilizar os governos dos países credores para a gravidade da situação, pois os banqueiros são sensíveis e atitudes que demonstram o interesse dos governos (dos países ricos) em dar sua contribuição através das agências governamentais de crédito” — opinou.

Informou ainda que não pôde comparecer à reunião de Filadélfia, promovida pela International Monetary Conference (da qual o BB é sócio), porque no mesmo dia se realizava em Roma a reunião do Eulabank, onde o BB tem participação acionária. Em seu lugar foi aos Estados Unidos o vice-presidente da Área Internacional do Banco do Brasil, Eduardo de Castro Neiva, que retornou ao Brasil nesta quarta-feira. “Mas foi da maior importância a reunião de Filadélfia, pois houve participação de presidentes de bancos internacionais e de autoridades americanas, além do Fundo Monetário Internacional”. Na reunião foi adotada a posição de favorecer o Brasil e o México na próxima etapa de renegociação da dívida.